



INSTITUTO SERRAPILHEIRA
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2019 e relatório dos auditores independentes



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Associados
INSTITUTO SERRAPILHEIRA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do INSTITUTO SERRAPILHEIRA (o “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SERRAPILHEIRA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



INSTITUTO SERRAPILHEIRA

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



INSTITUTO SERRAPILHEIRA

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto (SP), 27 de abril de 2020

ValorUp Auditores Independentes
CRC 2SP028585/O-0 "S" RJ

André Luiz Corrêa
Contador CRC 1SP198337/O-2 "S" RJ



Índice

Balanço patrimonial	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Informações gerais	7
2 Resumo das principais políticas contábeis	9
3 Estimativas e premissas contábeis críticas	12
4 Instrumentos financeiros por categoria	12
5 Caixa e equivalentes de caixa	13
6 Títulos e valores mobiliários	13
7 Adiantamentos a fornecedores	13
8 Imobilizado	14
9 Intangível	15
10 Fornecedores	15
11 Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15
12 Obrigações tributárias	16
13 Patrimônio líquido	16
14 Receita líquida	16
15 Doações	17
16 Despesas gerais e administrativas	18
17 Despesas com pessoal	19
18 Despesas tributárias	19
19 Resultado financeiro	20
20 Partes relacionadas	20
21 Provisão para contingências	20
22 Cobertura de seguros	20
23 Compromissos futuros	21
24 Trabalhos voluntários	21
25 Eventos subsequentes	21



Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em reais

Ativo	Nota	2019	2018	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.075.977	9.750.260	Fornecedores	10	19.198	84.003
Adiantamento a fornecedores	7	1.455	134.400	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	11	186.159	205.958
Outros ativos		<u>6.958</u>		Obrigações tributárias	12	3.225	34.467
				Outros passivos		<u>14.607</u>	<u>13.914</u>
		<u>11.084.390</u>	<u>9.884.660</u>	Total do passivo		<u>223.189</u>	<u>338.342</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Realizável a longo prazo				Patrimônio social	13	516.695.894	457.025.789
Caução de aluguel		39.000	39.000	Superávit acumulado		<u>166.557.440</u>	<u>59.670.105</u>
Títulos e valores mobiliários	6	<u>672.028.485</u>	<u>506.233.445</u>	Total do patrimônio líquido		<u>683.253.334</u>	<u>516.695.894</u>
		672.067.485	506.272.445				
Imobilizado	8	220.328	737.382				
Intangível	9	<u>104.320</u>	<u>139.749</u>				
		<u>672.392.133</u>	<u>507.149.576</u>				
Total do ativo		<u><u>683.476.523</u></u>	<u><u>517.034.236</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>683.476.523</u></u>	<u><u>517.034.236</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2019	2018
Receita com trabalhos voluntários	24	400.000	
Receitas de serviços prestados	14	217.638	
Doações	14	90.000	
Patrocínios	14	3.869	
Superávit bruto		711.507	
Despesas operacionais			
Doações	15	(10.133.083)	(8.835.743)
Gerais e administrativas	16	(6.277.394)	(5.081.723)
Despesas com pessoal	17	(2.720.832)	(2.389.912)
Depreciação e amortização	8 e 9	(554.327)	(848.729)
Despesas tributárias	18	(1.924.162)	(621.959)
Despesas com trabalhos voluntários	24	(400.000)	
Resultado operacional		(21.298.291)	(17.778.066)
Receitas financeiras	19	187.872.942	77.452.444
Despesas financeiras	19	(17.211)	(4.273)
Resultado financeiro		187.855.731	77.448.171
Superávit do exercício		166.557.440	59.670.105

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO SERRAPILHEIRA



Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Superávit do exercício	166.557.440	59.670.105
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>166.557.440</u></u>	<u><u>59.670.105</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em reais

	<u>Nota</u>	<u>Patrimônio social</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2017		414.771.677	42.254.112	457.025.789
Transferência para o patrimônio social	13	42.254.112	(42.254.112)	
Superávit do exercício	13		59.670.105	59.670.105
Em 31 de dezembro de 2018		457.025.789	59.670.105	516.695.894
Transferência para o patrimônio social	13	59.670.105	(59.670.105)	
Superávit do exercício	13		166.557.440	166.557.440
Em 31 de dezembro de 2019		<u>516.695.894</u>	<u>166.557.440</u>	<u>683.253.334</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	166.557.440	59.670.105
Ajustes de receitas e despesas que não envolvem caixa:		
Depreciação e amortização	554.328	848.728
Valor residual de bens do ativo imobilizado baixados		39
	<u>167.111.768</u>	<u>60.518.872</u>
Variações nos ativos e passivos		
Adiantamento a fornecedores	132.945	(43.365)
Outros ativos	(6.958)	
Fornecedores	(64.805)	84.003
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(19.799)	31.626
Obrigações tributárias	(31.242)	(2.893)
Outros passivos	693	(33.156)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>167.122.602</u>	<u>60.555.087</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(5.000)
Resgates de títulos e valores mobiliários	20.906.225	
Ganhos/rendimentos de títulos e valores mobiliários	(186.701.265)	(76.183.999)
Aquisições de imobilizado	(1.845)	(326.834)
Aquisições de intangível		(66.141)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(165.796.885)</u>	<u>(76.581.974)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.325.717	(16.026.887)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>9.750.260</u>	<u>25.777.147</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>11.075.977</u></u>	<u><u>9.750.260</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

O INSTITUTO SERRAPILHEIRA (“Instituto”), é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos, constituída em 9 de novembro de 2015, para duração por tempo indeterminado, com sede no município do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro.

O Instituto tem por objeto o estudo e apoio a projetos que visem incentivar e desenvolver a produção e divulgação de conhecimento nas áreas de ciências exatas e ciências naturais, podendo desempenhar as seguintes atividades, desde que relacionadas com a consecução dos seus objetivos sociais:

- (i) Desenvolver, fomentar e apoiar, inclusive mediante aporte financeiro, programas, projetos e pesquisas científicas relacionados aos seus objetivos;
- (ii) Promover e patrocinar estudos, cursos, palestras, simpósios e conferências;
- (iii) Firmar convênios, contratos e parcerias com escolas, associações, empresas, órgãos, entidades ou quaisquer outras instituições, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- (iv) Arrecadar, administrar e doar recursos (financeiros, técnicos e materiais);
- (v) Desenvolver e publicar, por quaisquer meios, inclusive eletrônicos e virtuais, materiais de orientação, suporte ou supervisão de atividades de promoção, incentivo e desenvolvimento da ciência;
- (vi) Conceder prêmios e outros incentivos nas suas áreas de atuação, e
- (vii) Praticar quaisquer outras atividades lícitas ligadas aos seus objetivos.

Em 31 de dezembro de 2019 o Instituto possui 3 associados fundadores, quais sejam:

- João Moreira Salles;
- Branca Maria Vianna Moreira Salles; e
- Brasil Warrant Administração de Bens e Empresas S.A.

O aporte inicial realizado pelos associados fundadores, em março de 2016, deu origem ao fundo patrimonial, representado integralmente por recursos financeiros, o qual permanecerá substancialmente aplicado em Títulos e valores mobiliários; como aplicações financeiras que deverão ser a principal fonte de recursos para consecução de seus objetivos sociais, por meio dos correspondentes rendimentos financeiros.

A emissão das demonstrações financeiras do Instituto foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2020.



1.2 Administração

O Instituto possui os seguintes órgãos de administração:

(a) Assembleia Geral

A Assembleia Geral, órgão soberano do Instituto, será constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários. A Assembleia será realizada, ordinariamente, uma vez por ano para:

- (i) Apreciar o Relatório Anual da Administração;
- (ii) Aprovam as demonstrações financeiras, depois de aprovados pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal (quando constituído), e
- (iii) Eleger e destituir membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

(b) Conselho de Administração

Compostos por no mínimo 3 e no máximo 15 membros, nomeados pela Assembleia Geral entre pessoas associadas ou não, exercerão suas funções, de maneira colegiada, durante mandato de 3 anos, permitida a reeleição. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada 4 meses e, extraordinariamente, mediante a convocação de seu Presidente, sempre que necessário. Compete ao Conselho de Administração:

- (i) Eleger os membros do Conselho Financeiro, do Conselho Científico e da Diretoria, apontando os respectivos cargos, atribuições e remuneração, quando for o caso;
- (ii) Aprovar, por proposta da Diretoria, observando os dispositivos dos Estatutos; Regulamento Interno do Instituto e o Código de Conduta do Instituto;
- (iii) Definir a estratégia de atuação do Instituto, revisar e aprovar a programação anual para a concessão de patrocínios, incluindo o respectivo processo de seleção, entre outras atribuições.

(c) Conselho Científico

Órgão consultivo que será composto de 3 a 15 membros, nomeados pelo Conselho de Administração entre pessoas associadas ou não, que exercerão suas funções durante mandatos alternados de 3 anos, permitida a reeleição. Compete aos membros do Conselho Científico:

- (i) Emitir parecer sobre as áreas específicas de atuação do Instituto, bem como sobre as diretrizes de atuação em cada uma dessas áreas
- (ii) Assessorar o Conselho de Administração e a diretoria executiva em assuntos relacionados aos objetivos e atividades do Instituto, inclusive na avaliação da proposta de programação anual para concessão de patrocínio pelo Instituto e o desempenho dos respectivos processos de seleção; entre outras atribuições.

(d) Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva do Instituto será constituída por um Presidente e até 3 Diretores, com a designação que forem definidas pelo Conselho de Administração quando da respectiva eleição. O mandato da Diretoria será de 3 anos, permitida reeleição. Compete à Diretoria do Instituto a administração executiva de suas atividades de modo geral, conforme definição do Estatuto social.



1.3 Aspectos tributários e previdenciários

Presentemente, o Instituto está sujeito ao pagamento de contribuição ao: (i) Programa de Integração Social (PIS) - pagamento de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; e (ii) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) - pagamento das contribuições devidas sobre a folha de pagamento de salários.

Por ser uma entidade civil sem fins lucrativos, o Instituto é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no caso de suas operações ordinárias. Adicionalmente, também não está sujeita à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da PIS sobre suas receitas da atividade fim.

O Instituto também está sujeito ao recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os resgates de aplicações financeiras.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas nestas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME (R1)). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados instrumentos financeiros ao seu valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do Instituto no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros - ITG 2002 (R1).

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Instituto atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor, e saldo de contas garantidas, quando aplicável.



2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

O Instituto classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

(b) Custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

2.4.2 Reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Instituto se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Instituto tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, o Instituto mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da entidade ou da contraparte.

2.4.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

O Instituto avalia na data de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.



Os critérios que o Instituto usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment*, resumem-se na identificação de dificuldade financeira relevante do devedor, quebra de contrato e inadimplência.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Instrumentos financeiros derivativos

O Instituto não opera com instrumentos financeiros derivativos.

2.6 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada conforme divulgado na Nota 8.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.7 Ativos intangíveis

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de três a cinco anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *impairment*

Os ativos não financeiros são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

2.10 Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

**2.11 Reconhecimento da receita e apuração do resultado****Receita financeira**

A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada ao Instituto, além de eventuais ajustes a valor de mercado.

2.12 Demais receitas e despesas

As demais receitas e despesas também são reconhecidas pelo regime de competência.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, não foram identificados eventos ou premissas que pudessem apresentar riscos significativos de causarem ajustes nas demonstrações financeiras do Instituto.

4 Instrumentos financeiros por categoria

Ativos, conforme balanço patrimonial	Classifi- cação	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e bancos	(i)	54.998	25.446
Caixa e equivalentes de caixa - Debêntures	(ii)		9.724.814
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	(ii)	11.020.979	
Títulos e valores mobiliários - Fundo de investimento	(ii)	672.028.485	506.233.445
Adiantamento a fornecedores	(i)	1.455	134.400
Outros ativos	(i)	6.958	
Caução de aluguel	(i)	39.000	39.000
		<u>683.151.875</u>	<u>516.157.105</u>
Passivos, conforme balanço patrimonial	Classifi- cação	2019	2018
Fornecedores	(iii)	19.198	84.003
Outros passivos	(iii)	14.607	13.914
		<u>33.805</u>	<u>97.917</u>

Classificação

- (i) Ativos ao custo amortizado
- (ii) Ativos ao valor justo por meio do resultado
- (iii) Passivos ao custo amortizado



5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aplicações financeiras (i)	11.020.979	
Caixa e bancos	54.998	25.446
Debêntures (ii)		<u>9.724.814</u>
	<u>11.075.977</u>	<u>9.750.260</u>

- (i) Em 2019 o Instituto resgatou suas debêntures e aplicou esses recursos em fundo de investimento de renda fixa, que têm como indexador a variação do CDI por meio da aplicação em cotas de outros fundos que alocam, no mínimo, 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador.
- (ii) As debentures tinham vencimento original de 3 anos, mas foram contratadas como “operações compromissadas DI”; ou seja, incluindo garantia de recompra diária desses papéis pela instituição vendedora. Adicionalmente, possuem remuneração equivalente a 101,8% dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

6 Títulos e valores mobiliários

Representados por aplicação financeira em fundo de investimento exclusivo denominado Amarante II Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior (“Fundo”).

O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de 20 anos de duração, a contar da primeira distribuição de cotas realizada em julho de 2013. Entretanto, iniciou suas atividades em março de 2016 e seu objetivo é aplicar seus recursos em ativos financeiros de diferentes naturezas, riscos e características, sem o compromisso de concentração em nenhum ativo ou fator de risco especial. A estratégia adotada decorre e reflete a política de investimento do Fundo, conforme descrito em seu regulamento. Ademais, as cotas serão resgatadas integralmente apenas ao término do prazo de duração do Fundo; contudo, as cotas poderão ser amortizadas parcialmente, sendo admitida uma única amortização a cada período de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a carteira de ativos do Fundo está composta, substancialmente, por títulos públicos de renda fixa, do tipo “NTN-B”, com vencimentos acima de 365 dias da data de balaço.

A movimentação dos recursos financeiros no Fundo está assim representada:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo inicial	506.233.445	430.044.446
Aplicações		5.000
Ganhos/rendimentos de títulos e valores mobiliários	186.701.265	76.183.999
Amortização de cotas	(12.740.602)	
Amortização de rendimentos	(6.934.398)	
IRRF	(1.231.225)	
Saldo final	<u>672.028.485</u>	<u>506.233.445</u>



7 Adiantamentos a fornecedores

Correspondem aos valores pagos pelo Instituto aos seus fornecedores pelos serviços que serão prestados conforme condições contratuais.

8 Imobilizado

(a) Movimentação dos saldos

	Equipamentos de informática	Equipamentos de telefonia	Móveis e utensílios	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	25.570		189.248	1.016.643	1.231.461
Aquisições	30.137	7.603	31.953	257.141	326.834
Baixas				(39)	(39)
Depreciação	(7.861)	(560)	(22.225)	(790.228)	(820.874)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>47.846</u>	<u>7.043</u>	<u>198.976</u>	<u>483.517</u>	<u>737.382</u>
Custo total	57.853	7.603	229.483	1.621.975	1.916.914
Depreciação acumulada	(10.007)	(560)	(30.507)	(1.138.458)	(1.179.532)
Valor residual	<u>47.846</u>	<u>7.043</u>	<u>198.976</u>	<u>483.517</u>	<u>737.382</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	47.846	7.043	198.976	483.517	737.382
Aquisições		1.845			1.845
Baixas					
Depreciação	(11.570)	(868)	(22.944)	(483.517)	(518.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>36.276</u>	<u>8.020</u>	<u>176.032</u>		<u>220.328</u>
Custo total	57.853	9.448	229.483	1.621.975	1.918.759
Depreciação acumulada	(21.577)	(1.428)	(53.451)	(1.621.975)	(1.698.431)
Valor residual	<u>36.276</u>	<u>8.020</u>	<u>176.032</u>		<u>220.328</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	<u>20%</u>	<u>20%</u>	<u>10%</u>	<u>33%</u>	

(b) Comentários sobre o imobilizado

- (i) As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo prazo de 36 meses conforme estabelecido em contrato de locação do imóvel.

INSTITUTO SERRAPILHEIRA



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em reais

9 Intangível

(a) Movimentação dos saldos

	<i>Softwares</i>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	101.462
Aquisições	66.141
Amortização	(27.854)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>139.749</u>
Custo total	177.145
Amortização acumulada	(37.396)
Valor residual	<u>139.749</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2019	139.749
Aquisições	
Amortização	(35.429)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>104.320</u>
Custo total	177.145
Amortização acumulada	(72.825)
Valor residual	<u>104.320</u>
Taxa anual de amortização - %	<u>20%</u>

10 Fornecedores

Correspondem a fornecedores de serviços e materiais adquiridos pelo Instituto. Essas obrigações têm vencimento máximo inferior a 30 dias.

11 Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisão para férias e encargos sociais	186.159	130.670
INSS a recolher		31.545
IRRF a recolher		34.580
FGTS a recolher		8.145
PIS a recolher		1.018
	<u>186.159</u>	<u>205.958</u>

**12 Obrigações tributárias**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRRF a recolher de terceiros	2.920	15.807
Retenções da Lei 10.833/03	245	1.370
ISS a recolher	60	18
INSS a recolher de terceiros		17.272
	<u>3.225</u>	<u>34.467</u>

13 Patrimônio líquido

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído de eventuais déficits e outros ajustes quando aplicável.

O resultado do exercício (superávit ou déficit), juntamente com o saldo da rubrica Superávit acumulado, é transferido para a conta Patrimônio social após aprovação pelos órgãos competentes da Administração.

14 Receita líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Serviços prestados - venda de ingressos "Nature Conference"	249.014	
Doações	90.000	
Patrocínios	3.869	
Receita bruta	<u>342.883</u>	
(-) Deduções		
COFINS	(18.925)	
PIS	(12.451)	
	<u>(31.376)</u>	
Receita líquida	<u>311.507</u>	

**15 Doações**

Referem-se, substancialmente, a recursos disponibilizados a Fundação Arthur Bernardes - FUNARBE e para a Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA, entre outros repasses e doações, que estão, assim, demonstrados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Apoio a Projetos de Pesquisa Científica - (FUNARBE)	(7.695.845)	(7.039.986)
Associação Nacional de Matemática Pura e Aplicada - IMPA	(700.000)	(194.000)
The Weizmann Institute of Science	(532.280)	
FUNDUNESP - Fundação Para o Desenvolvimento da UNESP	(200.000)	
Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento a Pesquisa - Fundação ASTEF	(162.640)	
Genero e Numero Comunicação LTDA EPP	(100.000)	
Olabi.ORG	(100.000)	
Silo Arte e Latitude Rural	(100.000)	
Associação Quatro Cinco Um	(99.800)	
Numinalabs Comunicação LTDA	(99.700)	
N Participações LTDA	(98.000)	
Instituto Cientista Beta	(95.947)	
Barbara Barreto Marcel da Fonseca	(95.011)	
Projeto Reprodutibilidade - Olavo Amaral (FECD)		(1.112.944)
Academia Brasileira de Ciências		(120.000)
Apoio a Projetos de Pesquisa Científica - Chamada 2017 (FEESC)		(92.000)
Universidade Estadual Paulista - UNESP		(88.200)
Outros projetos	(53.860)	(188.613)
	<u>(10.133.083)</u>	<u>(8.835.743)</u>

**16 Despesas gerais e administrativas**

A composição das despesas gerais e administrativas está demonstrada da seguinte forma:

	2019	2018
Despesas com eventos	(2.620.682)	(2.371.499)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(1.849.307)	(1.254.695)
Transporte aéreo	(787.604)	(451.998)
Aluguéis de imóveis	(169.732)	(174.065)
Viagens e estadias	(163.556)	(105.687)
Comunicação visual	(137.505)	(67.291)
Serviços prestados por pessoa física	(128.331)	(208.799)
Telefone	(75.672)	(49.449)
Transportes diversos	(62.735)	(57.045)
Despesas com refeições	(53.406)	(39.138)
Prêmios	(40.000)	
Locação de equipamentos	(30.479)	(36.330)
INSS sobre serviços	(25.703)	(44.011)
Contribuição a entidades de classe	(23.397)	
Projetos e eventos	(19.332)	(66.123)
Despesas com condomínio	(15.199)	(16.366)
Manutenção e reparos	(13.348)	(69.894)
Materiais de escritório	(11.815)	(11.381)
Despesas com copa e cozinha	(7.968)	(5.636)
Energia elétrica	(7.562)	(8.094)
Correios e Postagens	(6.371)	(6.735)
Despesas com cartório	(3.849)	(9.179)
Internet		(18.148)
Outras despesas gerais e administrativas	(23.841)	(10.160)
	<u>(6.277.394)</u>	<u>(5.081.723)</u>

**17 Despesa com pessoal**

A composição das despesas com pessoal está demonstrada da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Salários	(942.499)	(848.923)
Pró-labore	(520.918)	(463.850)
INSS	(442.357)	(396.244)
Assistência médica	(188.373)	(196.596)
Bonificações	(156.294)	(108.000)
Programa de alimentação do trabalhador	(140.394)	(84.107)
Férias	(122.850)	(99.737)
FGTS	(98.300)	(82.390)
13º salário	(87.814)	(79.799)
PIS sobre folha de pagamento	(11.579)	(10.139)
Indenizações e aviso prévio	(6.762)	(6.732)
Treinamentos		(11.335)
Outras despesas com pessoal	(2.692)	(2.060)
	<u>(2.720.832)</u>	<u>(2.389.912)</u>

18 Despesas tributárias

A composição das despesas tributárias está demonstrada da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	(1.775.592)	(567.212)
IRRF sobre operações no exterior	(94.157)	
ITD	(26.614)	
IPTU	(16.911)	(11.962)
IOF	(10.138)	(5.985)
Outros	(750)	(36.800)
	<u>(1.924.162)</u>	<u>(621.959)</u>

**19 Resultado financeiro**

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras decorrentes de:		
Receitas de aplicações financeiras	1.167.573	1.266.933
Ganhos/rendimentos de títulos e valores mobiliários (Nota 6)	186.701.265	76.183.999
Variação cambial ativa	3.671	1.488
Descontos obtidos	405	
Variação monetária	28	24
	<u>187.872.942</u>	<u>77.452.444</u>
Despesas financeiras decorrentes de:		
Variação cambial passiva	(5.824)	(3.059)
Despesas bancárias	(1.866)	(898)
Juros passivos	(620)	(105)
Multas	(8.901)	(211)
	<u>(17.211)</u>	<u>(4.273)</u>
Resultado financeiro	<u>187.855.731</u>	<u>77.448.171</u>

20 Partes relacionadas

As partes relacionadas do Instituto são representadas pelos associados fundadores, conselheiros e diretores. Com exceção da diretoria, que é profissional e remunerada, as demais partes relacionadas que mantém relações com o Instituto atuam de forma voluntária (vide Nota 24).

O pessoal-chave da administração inclui os membros da diretoria. Em 2019, a remuneração total paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais, incluindo os encargos incidentes, representou R\$ 677.212 (2018 - R\$ 571.850).

21 Provisão para contingências

O Instituto não possui conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

22 Cobertura de seguros

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras; conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Foram contratados seguros para salvaguarda do imóvel alugado e do imobilizado do Instituto.

**23 Compromissos futuros**

O Instituto possui contratos de locações de imóveis, com vencimentos variados e renováveis. Em 31 de dezembro de 2019, os compromissos anuais de pagamentos futuros relacionados a esses contratos são de, aproximadamente, R\$ 175.260, por ano.

24 Trabalhos voluntários

O trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço recebido pelo Instituto de acordo com a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

O Instituto mensurou os trabalhos voluntários recebidos com base numa estimativa dos valores praticados pelo mercado nos correspondentes serviços recebidos, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Trabalhos voluntários de:		
Pessoas físicas	70.000	
Pessoas jurídicas	<u>330.000</u>	
	<u>400.000</u>	

Em 2018 os valores estimados foram considerados imateriais para fins de registro e divulgação.

25 Eventos subsequentes

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus (“COVID-19”) foi relatado em Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou COVID-19 como uma “emergência em saúde pública de interesse internacional”. O surto do COVID-19 tem evoluído rapidamente, o que já resultou em impactos significativos nos mercados financeiros mundial e nacional e poderá refletir diretamente na queda dos preços dos ativos financeiros investidos pelo Instituto, por meio de suas aplicações em Títulos e valores mobiliários (Nota 6).

* * *

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO INSTITUTO SERRAPILHEIRA

O Instituto Serrapilheira, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 23.827.151/0001-13, desde sua constituição em 10 de dezembro de 2015 teve suas atividades fins mantidas com doações de seus associados.

Em março de 2016, a diretoria e associados fundadores do Instituto, preocupados com sua continuidade, criaram um Fundo Patrimonial (Endowment).

Este fundo é constituído exclusivamente de NTN-Bs de longo prazo, que rendem IPCA acrescido de uma taxa de juros. Esta taxa de juros é suficiente para cobrir as despesas regulares do Instituto Serrapilheira.

O valor das NTN-Bs oscila com o mercado, razão pela qual o fundo pode apresentar déficits ou superávits contábeis que só seriam realizados com a venda dos títulos. Como estes não devem ser vendidos, uma vez que garantem a continuidade das atividades básicas do Instituto, tais déficits ou superávits são eventos apenas contábeis, não tendo qualquer impacto na gestão do Instituto.

Atenciosamente,

A Administração
Instituto Serrapilheira

